



**A** Radar //

# Impostos. Estado deve 170 milhões de euros de IVA às empresas

O número é avançado pelo bastonário da Ordem dos Técnicos de Contas, que defende ser este um expediente para o governo melhorar a execução orçamental

MARGARIDA BON DE SOUSA  
margarida.bondesousa@ionline.pt

A vida não está fácil para as empresas portuguesas, em particular para as micro e as pequenas. Isto porque, embora tenha havido uma reforma do IRC que baixou a taxa deste imposto de 23% para 21% em 2015, o prazo para a devolução atempada do IVA a que têm direito está pelas ruas da amargura.

Segundo Domingues Azevedo, bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas, o valor em dívida já se situa entre os 150 e os 170 milhões de euros desde o início do ano, a abater aos 11 153,6 milhões contabilizados na última execução orçamental.

O reflexo destes atrasos é particularmente gravoso para a tesouraria das empresas mais fragilizadas, que já não podem recorrer ao crédito bancário como acontecia em 2008. Se no caso da devolução da sobretaxa do IRS esta está dependente do comportamento do IVA, nestas situações as empresas não podem usar estes créditos fiscais para abater no IRC nem nas retenções na fonte dos seus colaboradores.

Há pequenos empresários que aguardam há mais de oito meses para receberem o que lhes é devido, em processos que a Autoridade Tributária vai arrastando, pedindo sempre mais um elemento para concretizar a devolução do imposto.

Maria Dulce Soares, da Abreu e Advogados, refere que, no que respeita às empresas exportadoras, o que está a acontecer é que o reforço do controlo da Autoridade Tributária está a levar a que

sejam detectadas muito mais divergências, embora estas nem sempre se enquadrem numa fuga ao fisco. "Quanto mais apertado é o controlo, maior é a probabilidade de se encontrarem divergências", diz.

Este problema afecta muitas das exportadoras, em que existem enormes desproporções entre o que estas consideram que lhes é devido e o que a Autoridade Tributária determina, sobretudo quando o reembolso do imposto é fundamental como financiamento. "Para uma exportadora", defende a advogada, "que por causa de divergências às vezes completamente inexplicáveis vê os seus reembolsos serem suspensos durante três ou quatro meses, isso pode significar uma situação muito complexa em termos financeiros."

Há empresas que esperam mais de oito meses para que lhes seja devolvido o IVA

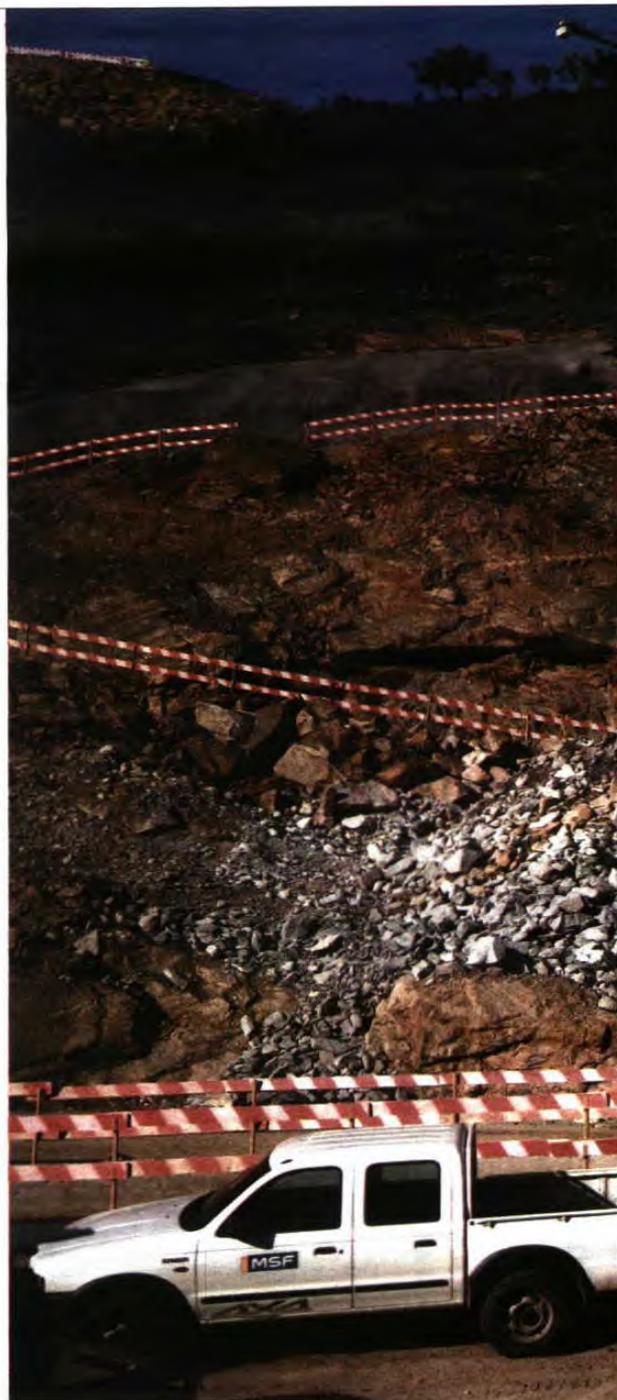
UTAO chamou a atenção para os atrasos nas devoluções no seu último relatório

Opinião diferente a do Ministério das Finanças. Fonte oficial do gabinete de Maria Luís Albuquerque explicou ao *i* que passaram a ser indeferidos mais reembolsos indevidos de IVA e de IRC por divergências com as facturas comunicadas para o sistema e-factura. "Ou seja, são indeferidos reembolsos sempre que o seu valor não coincida com o valor das facturas comunicadas para o sistema e-factura", refere a mesma fonte.

Por outro lado, acrescenta, o incumprimento de obrigações de IRC/IVA por parte das empresas impede o pagamento deste reembolso, o que não acontecia o ano passado. "Nesse sentido", diz ainda o gabinete da ministra das Finanças, "é de esperar que os reembolsos de IVA e IRC em 2015 fiquem abaixo dos valores pagos em 2014, em resultado das novas regras legais e operacionais de controlo, inspecção e correcção fiscal dos reembolsos indevidos nestes dois impostos. Assim, não têm fundamento comparações do ritmo de pagamento dos reembolsos este ano com os níveis do ano passado, uma vez que as circunstâncias legais e operacionais aplicáveis se alteraram profundamente."

As Finanças também garantem que o prazo médio de reembolsos no regime mensal (em que se encontram nomeadamente as PME exportadoras, que representam grande parte das devoluções) está abaixo dos valores previstos na lei, que é de 30 dias.

Mas esta não é a percepção de Domingues Azevedo, para quem "o governo está a utilizar alguns desses expedientes para atrasar



a devolução do IVA, de maneira que a receita com este imposto não caia ainda mais".

Na última execução orçamental, divulgada a semana passada, pode ler-se que o Estado reembolsou menos 258,3 milhões de euros neste imposto nos primeiros nove meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2014.

Mas não é apenas Domingues Azevedo a pôr o dedo na ferida. Também o último relatório da UTAO (Unidade Técnica de Apoio ao Orçamento) lembrava que a evolução dos impostos indiretos está associada ao desempenho favorável no primeiro semestre de 2015 e ao maior dinamismo do consumo privado, mas que a receita do IVA se encontrava significativamente acima do observado para a respectiva base macroeconómica, "o que denota

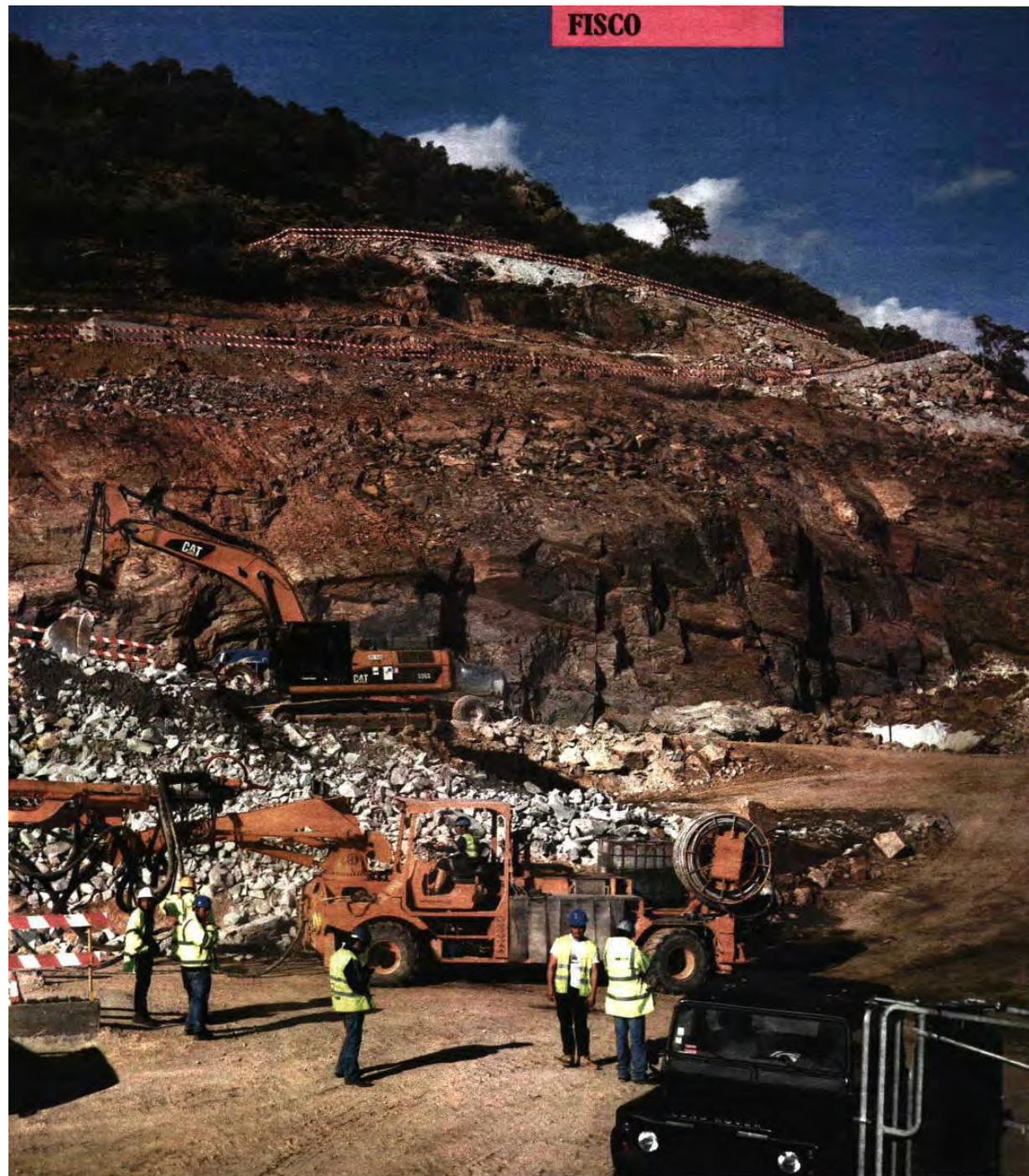
um aumento da eficiência e eficácia fiscal, mas também o impacto de uma evolução assimétrica nos reembolsos".

Domingues Azevedo conhece melhor a realidade nacional. E dentro de portas considera que uma das formas que a Autoridade Tributária mais utiliza para justificar a não devolução do IVA é imputar ao comprador, também baseando-se nas novas regras de combate à fuga e evasão fiscal, a obrigatoriedade de declarar as facturas do que compra aos fornecedores.

"O fisco está a passar para os sujeitos passivos a responsabilidade de digitalizarem as facturas para as colocar no site do e-factura", diz. "Ou seja, o sujeito passivo que vai comprar algo e pede uma factura com o número de identificação fiscal e a lança na sua contabilidade, o que



## FISCO



**Empresas consideram atrasos na devolução do IVA uma pedra no sapato**

RICARDO CASTELO

## Casos

### As pequenas grandes razões dos atrasos

#### DISCREPÂNCIAS

Um caso frequente com as empresas exportadoras que estão isentas de IVA. Uma empresa espanhola declara a factura em Outubro e a portuguesa em Novembro. Basta esta divergência para que a Autoridade Tributária suspenda o reembolso deste imposto, com reflexos no financiamento das empresas nacionais.

#### E-FACTURA

Dentro de portas, é cada vez mais usual a Autoridade Tributária pedir aos sujeitos passivos que digitalizem as facturas e as coloquem no site das Finanças – muito embora essa obrigação caiba aos fornecedores e o fisco tenha hoje instrumentos ao seu alcance para detectar estas situações e poder fiscalizar quem não cumpriu com as suas obrigações

deveria ser suficiente para ser reembolsado dessa aquisição em termos de IVA, é instado a fornecer a prova se quiser ser reembolsado, quando são os fornecedores que têm o dever de comunicar documentalmente o que vendem.”

O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas interroga-se, com alguma ironia, sobre a razão de esta situação ser cada vez mais frequente, numa altura em que a Autoridade Tributária “tem todos os instrumentos para, através do cruzamento de dados, detectar quem não enviou as facturas para o e-factura e avançar com fiscalizações a essas empresas”.

“São as consequências das atitudes de um governo que quer transformar os contabilistas em fiscais das Finanças gratuitas”, acrescenta.

## Devolução do IVA pode reduzir mais sobretaxa do IRS

Números da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas apontam para uma redução ainda maior na reposição da sobretaxa

As receitas somadas do IVA e do IRS caíram em Setembro, impedindo que o governo cumpra a estimativa do crédito fiscal da sobretaxa de IRS que prometeu durante a campanha eleitoral.

Com base na trajectória das receitas até Agosto, o executivo acreditava que conseguiria reembolsar os contribuintes no próximo ano com 35,3% da sobretaxa paga ao longo deste

ano. Mas depois de conhecidos os números de Setembro a projecção baixou para 9,7%.

Como justificação, o executivo avançou que, “caso o crescimento de 4,7% da soma das receitas de IRS e de IVA verificado até Agosto de 2015 se tivesse mantido até ao final do ano, o crédito fiscal seria de 35,3%, a que corresponderia a devolução de uma sobretaxa efectiva de 3,5%. Os novos dados bai-

xaram essa previsão para 3,2%.

Em Setembro, a receita de IVA cresceu 8,5% relativamente aos oito primeiros meses do ano passado, num quadro de manutenção das mesmas taxas.

Este crescimento, ainda segundo o executivo, ficou sobretudo a dever-se à recuperação da actividade económica e à crescente eficácia das medidas de combate à fraude e evasão fiscais, quer na perspectiva da cobran-

ça, quer no maior controlo dos reembolsos indevidos.

No mês passado, quando foi divulgada a síntese da execução orçamental até Agosto, o governo ainda admitia uma devolução da sobretaxa de IRS bastante superior, de 35,3% do valor pago em 2015, o que corresponderia a uma sobretaxa efectiva de 3,5%, caso o ritmo de crescimento das receitas de IRS e de IVA registado nos primeiros oito meses do ano se mantivesse.

Se até ao final do ano tiver de devolver os cerca de 170 milhões de euros contabilizados pela Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas como estando indevidamente a ser retidos, então o diferencial ainda poderá ser maior, com reflexos numa nova queda no reembolso da sobretaxa em 2016.